

O patriarcado destrói
O capitalismo faz a guerra
O sangue LGBT também
é sangue Sem Terra

Campanha
CONTRA
LGBTI+
FOBIA
no campo



Apoio:

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Direitos Humanos



Apoio:

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Direitos Humanos



Campanha
CONTRA
LGBTI+
FOBIA
no campo

NENHUM MINUTO DE SILÊNCIO!

- ✊ O Patriarcado **Destrói**
- ✊ O Capitalismo **Faz a Guerra**
- ✊ O Sangue **LGBT**
- ✊ Também é **Sangue Sem Terra**

Companheiros, companheiras, famílias e dirigentes do MST nos estados, nos assentamentos e acampamentos deste Brasil, temos o desafio de apresentar a Cartilha que debaterá o posicionamento do Movimento frente aos casos de LGBTI+fobia no campo e no conjunto da nossa organização, rompendo silêncios e trazendo estudos e reflexões para que coletivamente possamos viver relações saudáveis.

Rumo aos 40 anos do MST o debate sobre a Diversidade Sexual e de Gênero requer o entendimento de que além da cerca do latifúndio ainda temos outras cercas a romper, entre elas: a do patriarcado, do machismo, da intolerância e da LGBTI+fobia, **não poderemos produzir alimentos saudáveis reproduzindo relações adoecidas.** A cada período histórico precisamos entender e estudar a conjuntura para poder manter a existência e resistência.

As lutas camponesas sofreram, no decorrer da história, com a violência do latifúndio. Desde o início dos registros de violência no campo, na década de 1980, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) identificou 1.468 casos de conflito no campo, que levaram à morte de 1.940 pessoas. A cumplicidade do Estado com os latifundiários do Agronegócio é evidente quando se constata que apenas 8% desses casos foram julgados pela justiça, resultando na condenação de 101 pistoleiros e 34 mandantes. Na última década, o número de pessoas vítimas de despejos, expulsões, ameaça de retaliação, bens destruídos e agressões de milícias armadas aumentou continuamente, alcançando 960 mil pessoas em 2018. Um aumento de 72% em relação ao ano de 2010 (CPT, 2018).

Mas há outras violências, que atingem a população camponesa, que não são contabilizadas, como o caso da violência de gênero sobre os corpos das mulheres e, ainda menos falada, a LGBTI+fobia. Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais (LGBTI+) estão particularmente expostas à discriminação, ao abuso, ao risco de maus tratos ou mesmo tortura, perseguições e assassinatos na sociedade capitalista contemporânea e isso se expressa tanto no campo quanto na cidade.

LGBTI+fobia é o termo utilizado para compreender as violências cometidas contra a população LGBTI+

e se apresenta como uma série de atitudes. Também usamos a terminologia LGBTI+fobia para se referir à lesbofobia, homofobia, bifobia e transfobia. Elas sugerem práticas e posturas de aversão, repugnância, ódio e preconceito que algumas pessoas ou grupos nutrem contra as LGBTI+ e a experiência de viver a orientação sexual e/ou a identidade de gênero de forma diversa. LGBTI+fobia é um dos resultados das estruturas de exploração e opressão que conformam a sociedade. É reproduzida na forma de desconhecimento, alienação, valores morais baseados em argumentos do senso comum, com cunho religioso, pela invisibilidade, ignorância, preconceito e o conservadorismo político.

01

02



Esta é uma brutal realidade que afeta as LGBTI+ de modo geral. Essa violência é ampliada em função da invisibilidade que as LGBTI+ camponesas sofrem enquanto sujeitos de direitos, pela precarização das relações de vida e trabalho no campo no atual estágio do desenvolvimento capitalista, além de ser agudizada pela articulação do patriarcado, racismo e capitalismo. Isso se expressa, por exemplo, quando observamos que nos espaços de relações camponesas, com trabalho familiar, temos, muitas vezes, um ambiente em que o pai é o chefe, onde as relações de produção e reprodução da vida são hiper masculinizadas.

Neste contexto, as LGBTI+ sofrem uma série de maus tratos e violências buscando adequar as suas sexualidades e identidades de gênero para as formas tidas como padrão, no caso a heterossexualidade e a direta correspondência entre sexo biológico e identidade de gênero.

Estas violências muitas vezes se expressam de forma naturalizada, como “um mal necessário” e são justificadas por uma série de argumentos religiosos, conservadores e moralistas.

No campo, nos últimos anos, tem aumentado a perseguição e o assassinato de lideranças indígenas, camponesas e quilombolas. No caso dos assentamentos e acampamentos do MST, temos acompanhado casos de violência contra mulheres e LGBTI+, que se expressam na forma de violência física, psicológica, verbal, sexual, entre outras. Experiências como a Campanha “Mulheres Sem Terra contra os Vírus e as Violências” e a organização do Coletivo LGBT Sem Terra têm nos ajudado a acumular politicamente sobre o tema.

De 2019 até o início de 2022, houveram seis militantes do MST assumidamente LGBTI+ que morreram vítimas da LGBTI+fobia. A primeira foi em 2019, quando a militante transexual **Aline da Silva** foi assassinada brutalmente no dia 19 de agosto, em um ponto de ônibus no município de Arcoverde, no estado de Pernambuco. Em 2021 ocorreram outras três mortes, do **Fernando dos Santos Araújo**, gay e que foi

executado a tiros em 26 de janeiro de 2021, no município de Pau D'Arco, no estado do Pará; Lindolfo Kosmaski, assassinado no dia 01 de maio de 2021, no município de São João do Triunfo, Estado do Paraná. Lindolfo teve seu corpo carbonizado. Também em 2021, o militante Pedro Felipe de Oliveira do Acampamento Marielle Vive, Município de Valinhos (SP), suicidou-se. O quinto foi o indicio de assassinato de Nanny Araújo do Santos, que estava em processo de afirmação de sua identidade Trans e vivia no Acampamento Ondina Dias em Nova Venécia (ES). Ela teve seu corpo encontrado boiando no Rio Cricaré com sinais de violência no dia 16 de janeiro de 2022; em julho, Severino Bernardo da Silva, conhecido como Suzy (Gay Sem Terra) que residia no pré-assentamento Vanderlei Caixe, localizado no município de Pedras de Fogo, na Paraíba, foi assassinado e seu corpo foi encontrado em sua residência, com sinais brutais de violência e ódio por todo o corpo.

Estes seis casos expressam o quanto a violência LGBTI+fóbica recai sobre a vida e os corpos das LGBTI+ nestes tempos difíceis. Cinco destes seis companheiros mortos participavam do Coletivo LGBTI+ do MST. Deixam uma lacuna, mas também apontam o desafio de seguir a luta por justiça para que os assassinos sejam punidos. Sobretudo, apontam para a necessidade de que o Movimento siga fortalecendo a pauta da diversidade sexual e de gênero para que as comunidades camponesas sejam espaços seguros para a existência das LGBTI+, aprofundando o respeito às sexualidades e identidades de gênero como parte do projeto de Reforma Agrária Popular.

Em memória aos mártires LGBTI+ Sem Terra seguiremos lutando por Justiça Social e Direitos humanos e nos colocamos a serviço de impulsionar a Campanha Contra LGBTI+ e convocamos toda a nossa base social para agarrar essa tarefa nos núcleos de base, das associações, das cooperativas, nos cursos formais e não formais, nas Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária (JURA), nas Escolas e em todo local que seja possível o diálogo, estudo e reflexão.



VIOLÊNCIAS: O VERMELHO NÃO SERÁ DE SANGUE

A violência, seja ameaça ou fato, direta ou indireta, visível ou invisível, existe!

“A TERRA SÓ SERÁ LIVRE,
QUANDO OS CORPOS FOREM
LIVRES DE TODAS AS FORMAS
DE OPRESSÃO, EXPLORAÇÃO
E DOMINAÇÃO.”

A violência é um fenômeno histórico socialmente construído que pode ser compreendido a partir da análise das relações socioeconômicas, políticas e culturais. Algumas populações costumam ser mais vulneráveis a violência do que outras, a partir dos preconceitos e discriminações que constantemente são submetidas, sendo essas, pessoas negras, mulheres, LGBTI+, indígenas e outros.

Historicamente e culturalmente, nós fomos aprendendo a identificar o que são as violências, a partir dos pequenos e grandes levantes, e até mesmo na individualidade cotidiana, geradas pelas contradições e conflitos, herdadas dos processos de dominação da sociedade de classes, sem que deixemos de posicionar Raça, Gênero e Sexualidade como elementos centrais da análise,

só assim, podendo identificar e compreender o que são as violências na sua amplitude. (quem somos “nós” que aprendemos a identificar as violências? será que de fato já aprendemos a identificá-las? me parece que nem todas.)

Nos dias atuais, é muito comum identificar as violências pelas várias nomeações sociais que fomos construindo, mais também, pelo contato direto e indireto com as mesmas (essa ideia é do parágrafo anterior, poderia ser incorporado acima). Apesar de não ser uma marca específica da sociedade contemporânea, posto que acompanha a história desde seus primeiros registros, a cada tempo a violência torna-se visível em formas e circunstâncias particulares, e desempenha funções diversas nos distintos modos de produção e organização social.

(acho que esse parágrafo ficaria bem interessante se a ideia do fim fosse mais elaborada - a violência desempenha funções diversas para manutenção das relações de produção e de dominação.)

As violências se atualizam a todo momento, de acordo com as mudanças estruturais da sociedade, tornando-as cada vez mais profundas e sangrentas (meio complicado essas afirmações de que “ta cada vez pior”, difícil fazer comparativos entre violências de tempos tão distintos, é possível considerar que as mulheres tem mais espaço atualmente? o navio negreiro era uma experiência mais profunda e sangrenta? qual o papel dos movimentos sociais para minimizar essas violências?), se naturalizando nas relações sociais.

Quando fazemos o exercício de olhar para as realidades e os diversos territórios, observamos as diferentes manifestações das violências, mas, é nos nossos acampamentos e assentamentos, onde algumas delas tem maior expressão, principalmente aquelas guiadas pelo capital, estruturadas e fundamentadas na ordem patriarcal e racista.

Por isso, nos cabe fazer o enfrentamento cotidiano a toda e qualquer forma de violência, nas sutilezas dos lares e em toda a sociedade, só assim, poderemos contribuir com a construção de uma nova sociedade, com seres humanos emancipados de novas ideias e valores.

Desde o período da pandemia, nosso movimento se desafiou a debater, diagnosticar e projetar ações de enfrentamento às violências, extraindo lições e se deparando com os limites gerados pela contradição de uma conjuntura enlacrada e muito complexa, acompanhada da fome, da falta de moradia, e de um desgoverno responsável por instaurar o ódio em toda sociedade. (Esse parágrafo tá muito bom, me parece até que ele poderia nortear o debate deste ponto - estamos nos desafiando a debater, entender e identificar as violências)

Nesse sentido, nosso Movimento enxerga a necessidade de construir ferramentas internas de combate às violências, como é o caso do Protocolo para o enfrentamento à violência e a construção de relações sociais para a emancipação humana no MST, mais que um

(documento sistematizado é o compromisso do Movimento Sem Terra com a luta pela Reforma Agrária Popular e a produção de relações livres das violências e de qualquer forma de exploração entre os seres humanos e a natureza.

A nossa Cartilha é uma síntese que apresenta uma especificidade em relação às violências. Ela tem um olhar mais cuidadoso com a população LGBTI+ que vive nos nossos territórios de assentamentos e que lutam por terra nos acampamentos espalhados nos quatro cantos deste Brasil. Mas há também, LGBTI+ em todos nossos espaços (armazéns, centros de formação, cooperativas, escritórios e secretarias e etc.), com isso, nosso desafio é ainda maior, olhar para esses espaços como potenciais de novas relações

humanas emancipadoras, incorporando o trabalho e a cooperação como agentes mobilizadores no enfrentamento.

Falar da violência sobre a população LGBTI+ no campo, nos coloca desafios imensos e complexos, ao mesmo tempo, é no campo onde tem o enraizamento profundo das violências, a partir da divisão sexual do trabalho e da propriedade privada.

O nosso país continua sendo o país que mais mata LGBTI+ no mundo. Frente a tanta violência e crueldade, nossa militância deve se preparar e se sentir convocada nessa missão de salvar vidas e de seguir construindo territórios livres de violências.

SUGESTÕES

É importante que façamos uma análise a respeito da função social da violência que estigmatiza e aprisiona as identidades LGBTI+ no sistema capitalista. Este não é um debate simples e articula várias dimensões da vida social: econômica, política, cultural. Sabemos que a existência de frações da classe trabalhadora excluídas do mercado de trabalho e isoladas de sua própria classe (baixa participação em sindicatos, movimentos populares) devido à violência - como é o caso das LGBTI+, que encontram entraves na sua atuação na luta pela terra, moradia, trabalho por serem discriminadas. O que nos leva a duas situações: por um lado, o enfraquecimento do movimento organizado da população trabalhadora em sua totalidade; por outro, o rebaixamento do preço geral do salário-mínimo, reflexo da manutenção de contingentes populacionais desempregados. (Sugestão de que esse parágrafo seja incluído)

A LGBTIfobia possui, portanto, função econômica no capitalismo ao empurrar as LGBTI+ para postos de trabalho precarizados (informalidade, prostituição, baixos salários), além de contribuir para a precarização da classe trabalhadora como um todo. Possui, também, uma função política ao dividir a classe trabalhadora e dificultar a sua organização coletiva. Desempenha, ainda, um papel cultural de reprodução da sociabilidade capitalista como um todo, a partir do controle dos corpos, da normatização das sexualidades, da perpetuação de argumentos míticos e religiosos, além da afirmação da moral burguesa. Outras dimensões ainda podem ser observadas, mas cabe ressaltar que não se tratam de causas/dimensões isoladas, e sim de partes constitutivas de um mesmo fenômeno complexo e que estrutura as relações sociais. (Sugestão de que esse parágrafo seja incluído)

É muito conhecida na esquerda a teoria de que os movimentos de mulheres, negros, negras ou LGBTI+ dividiriam a classe trabalhadora. Nos opomos completamente a essa compreensão e afirmamos justamente o contrário: é o racismo, o patriarcado e a LGBTIfobia, no contexto do capitalismo contemporâneo, que dividem a classe trabalhadora. As organizações políticas desses setores, ao apontar a superação dessas estruturas, contribuem para que a classe trabalhadora possa ter uma atuação coletiva. Afinal, não podemos falar de uma organização da classe trabalhadora como um todo se esta se constrói a partir da reprodução de violências contra as mulheres, negros, negras e LGBTI+. E dizemos isso não apenas por esses sujeitos somados constituírem maioria numérica na classe trabalhadora, mas fundamentalmente pelo compromisso ético e político com a emancipação humana, que não se constrói com a manutenção de estruturas de opressão, exploração e dominação.

UMA INICIATIVA PARA TODOS!

Campanha Permanente Contra a LGBTI+fobia no Campo

É impossível construir uma sociedade justa e igualitária para todos e todas, se reproduzirmos as violências. É impossível construir processos organizativos, a produção de alimentos saudáveis e a agroecologia, se nossas existências políticas forem atravessadas por violências.

Essas afirmações não são novidades para o nosso Movimento Sem Terra, porém, existe um distanciamento significativo entre nossas sínteses políticas e a implementação delas no todo de nossa organização. E por isso, é importante realizarmos um trabalho permanente com a nossa base social, militância Sem Terra e instâncias organizativas, para que processos de enfrentamento às violências possam ganhar uma materialidade coletiva.

A “Campanha Permanente Contra a LGBTI+fobia no Campo” nasce dessa perspectiva. Nasce da necessidade de construirmos iniciativas de formação e de enfrentamento a LGBTI+fobia, incorporando essas ações intersetorialmente e nos diversos espaços organizativos do nosso Movimento. A ideia é que a partir de cada realidade, possamos construir instrumentos e ferramentas organizativas, portanto coletivas, que nos ajudem no monitoramento, acolhida e combate a todo tipo de violência, seja ela, psicológica, patrimonial, física, entre outras.

A LGBTI+fobia é crescente no Brasil. Em 2021, houve pelo menos 316 mortes violentas de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e pessoas intersexo (LGBTI+). Esse número representa um aumento de 33,3% em relação ao ano anterior, quando foram 237 mortes. Os dados constam no Dossiê de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil. Entre os crimes ocorridos, 262 foram homicídios (o que corresponde a 82,91% dos casos), 26 suicídios (8,23%), 23 latrocínios (7,28%) e 5 mortes por outras causas (1,58%).

O dossiê, produzido por meio do Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+, é resultado de uma parceria entre a Acontece Arte e Política LGBTI+, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) e a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT).

Entendemos que a luta contra a LGBTI+fobia, no marco do combate a todas as formas de violência, é um componente importante do nosso projeto político e indispensável para construção da Reforma Agrária Popular. Por isso, a nossa campanha se estrutura a partir de alguns objetivos centrais:

1

A Campanha precisa ser uma ferramenta de combate e monitoramento da LGBTI+fobia no Campo, articulando processos de formação com ações concretas nos assentamentos, acampamentos, secretarias, escritórios, centros de formação, escolas, entre outros;

2

Construir processos de formação e produzir subsídios para debater o enfrentamento a LGBTI+fobia, como instrumento de sensibilização e trabalho coletivo. Não avançaremos na luta contra a LGBTI+fobia envolvendo apenas os sujeitos LGBTI+ Sem Terra. É fundamental construir ferramentas que massificam o processo de trabalho em torno da campanha com o conjunto da militância e direções do nosso Movimento. A luta contra a LGBTI+fobia é uma luta e todos, todas e todes;

3

Consolidar uma plataforma com subsídios técnicos e políticos em torno do enfrentamento a LGBTI+fobia nos assentamentos e acampamentos do MST. Precisamos, a partir de nossas realidades locais, estruturar ferramentas que possam nos subsidiar. A ideia aqui é, a médio prazo, construir uma base de orientações que possam dar conta das ações práticas que precisam ser construídas em nossa organicidade para garantir a construção de territórios livres da LGBTI+fobia;

4

Articular com outros Movimentos, organizações e parceiros a construção de uma rede de denúncia, apoio e acolhimento às pessoas que sofreram algum tipo de violência, entre elas, a LGBTI+fobia. É importante destacar que as parcerias são fundamentais para nacionalizar os casos e posicioná-los na ordem do dia. Além disso, é central articular localmente contribuições jurídicas para acompanhar os casos de violência.

09

Campanha
CONTRA
LGBTI+
FOBIA
no campo

LINHAS DE AÇÃO!



1 Articulação interna

Nossos assentamentos e acampamentos são espaços indispensáveis para construir a Campanha. Por isso, os materiais de subsídios (cartaz, cartilha, conteúdos de comunicação e etc.) precisam chegar nas áreas, com o objetivo de munir as famílias com elementos concretos do debate. Todo e toda Sem Terra precisa se envolver na Campanha. Nesse sentido, precisamos garantir que esses materiais possam provocar o diálogo e que nossa organicidade local possa fomentar e apresentar a campanha, através das assembleias, mutirões de trabalho, núcleos de base e outros;

Os Centros e Escolas de Formação são espaços de aprofundamento da campanha e do estudo em torno do combate às violências, entre elas, a LGBTI+fobia. Por isso, é importante pensar como articulamos o tema nos cursos e processos de formação construídos pelo Movimento, além de garantir que os subsídios da campanha possam ser materiais didáticos e formativos;

A intersectorialidade, ou seja, a construção de planejamento com outros coletivos e setores é estratégico para consolidação da campanha em nossos estados. Pensando nisso, apontamos o Setor de Gênero, Educação, Formação, o Coletivo de Juventude, Comunicação e Cultura como espaços indispensáveis para construção de ações da Campanha;

É fundamental que nossa Campanha possa construir parcerias com outras ações de Combate a violência já construídas pelo MST. A ideia aqui é que possamos fortalecer iniciativas que já existem em nossos estados a partir da campanha, não sobrepondo importâncias políticas, mas agregando novos elementos para avançarmos coletivamente na construção de ações de enfrentamento, acolhida e acompanhamento;

Construir através do Calendário de Lutas do Movimento Sem Terra um planejamento estadual que vise lançar, apresentar e fomentar o debate em torno da Campanha;

Fortalecer a realização de intervenções de denúncia contra as violências nos espaços coletivos do MST.

10

2 Articulação externa

- Precisamos avançar nas relações políticas com Movimentos e organizações LGBTQIAP+ com o objetivo de articular aliados em torno da Campanha e criando uma base de denúncia e acolhimento;
- É importante articular estadualmente uma rede de juristas parceiros para acompanhar os casos de violência;
- Nossa Campanha está conectada com as ações da Campanha Contra as Violências da Via Campesina Brasil. Nesse sentido, é importante que nossas ações, em alguma medida, possam se cruzar com iniciativas de outros movimentos e organização do campo, das águas e das florestas que

constroem a Via. Orientamos a necessidade, de alguns estados, o planejamento da Campanha esteja próximo da Via Campesina;

- A Campanha precisa se posicionar Internacionalmente e para isso, a nível nacional estamos construindo parcerias e articulando processos de denúncia através da Via Campesina Internacional e outras entidades.



3 Formação Política

- A Campanha a nível nacional contribuirá na produção de materiais de estudo e formação para militância Sem Terra, com o objetivo de subsidiar o estudo permanente em torno do tema, a fim de localizar a perspectiva do enfrentamento às violências na construção da Reforma Agrária Popular;
- Outro público que precisamos atuar são as famílias assentadas e acampadas. Para isso, teremos um conjunto de materiais visuais e didáticos para o debate, porém, é muito importante que nos estados possamos construir ações de formação, olhando para realidade local.

Para isso é necessário construir um planejamento e organizar calendários de ação;

- Construir seminários e cursos de formação com o conjunto do Movimento;
- Incidir nas atividades de formação já programadas pelo Movimento, com a finalidade de incidir no conteúdo e aprofundar em torno do tema, sempre trazendo questões práticas e do dia a dia.

4 Comunicação



- A Comunicação da Campanha precisa Refletir a sua estratégia política. O fato da Campanha ser permanente, nos coloca a tarefa de acompanhar no miúdo os desafios e objetivos estratégicos da campanha, sendo uma aliada das ações, garantindo cobertura, elaboração de conteúdos e produzindo materiais;
- Garantir a produção de uma identidade visual e arte da campanha;

• Desenvolver um Plano de Comunicação com conteúdos que ajudem a enraizar a Campanha nos assentamentos, acampamentos e espaços diversos do Movimento. A ideia aqui é que a Comunicação possa construir um plano de trabalho que possa posicionar a Campanha também na relação com a sociedade;

- Atuar com agilidade na denúncia e acompanhamento nos casos de LGBTI+fobia.

- É importante sinalizar que a Campanha Permanente Contra a LGBTI+fobia no Campo é um processo, que aborda diversas dimensões de nossas vidas e existências, trazendo à tona uma pauta urgente e necessária para construção de nossas lutas na atualidade da Reforma Agrária Popular.

E, por isso, sua natureza é permanente e seu trabalho é coletivo, envolvendo o MST e sua totalidade.



Boa jornada de trabalho e luta para todes!

O QUE FAZER?

CONSIDERAÇÕES INICIAIS: A LUTA CONTRA LGBTI+FOBIA DEVE SER UMA LUTA DO CONJUNTO DO MST

O MST compreende a importância vital de se combater as diversas situações e atitudes LGBTI+fóbicas. Violências verbais, físicas e psicológicas como constrangimentos, piadas e xingamentos são ações que coagem militantes LGBTI+ a invisibilidade do armário, tais atitudes tentam negar a existência de múltiplas expressões da sexualidade e da identidade de gênero. Isso sem falar de alguns casos extremos como suicídios, depressão, assassinato, solidão, expulsão de acampamentos e assentamentos, provocados pela discriminação às LGBTI+. O simples fato de ser LGBTI+, de falar e vivenciar a vida e o amor de diversas formas, causa medo e induz a violências. Todos nós conhecemos e muito provavelmente presenciamos casos de violência cissexista e heterossexista que subalternizam e hierarquizam as pessoas LGBTI+. Estas estruturas se entrelaçam às relações políticas, econômicas e sociais que sustentam o sistema capitalista e que contribuem, junto com o racismo e o patriarcado, para a divisão, exploração e dominação da classe trabalhadora.

A LGBTI+fobia é identificada como uma peça do sistema tanto em seu uso nos discursos ideológicos de caráter conservador, quanto como moeda de barganha nas disputas internas de setores da burguesia e do estado (tentativas de cooptação da população LGBTI+). Essa funcionalidade impede tanto o avanço de políticas públicas em geral para as LGBTI+ quanto coloca desafios para a própria organização da classe trabalhadora que precisa superar as relações de violência, preconceito, machismo e LGBTI+fobia que não podem seguir naturalizadas dentro dos processos organizativos.

É preciso compreender que o preconceito afasta os sujeitos de uma vida política, afasta do programa organizativo do MST. Desde 2016, ao incorporar em sua normas gerais a dimensão do respeito à orientação sexual e identidade de gênero, o MST afirma que não é omissivo às situações de violência contra as pessoas LGBTI+. Superar a LGBTI+fobia nos espaços organizativos do MST é uma tarefa necessária na construção de um projeto de sociedade emancipadora, onde todas as existências sejam respeitadas. Neste âmbito, aponta-se dez desafios para o conjunto do MST na luta contra a LGBTI+fobia:

- 1 A luta contra a LGBTI+fobia, deve ser uma luta de todo militante do MST, qualquer atitude LGBTI+fóbica deve ser questionada e combatida permanentemente em qualquer espaço da organização e na sociedade;
- 2 É necessário criar mecanismos para coibir atitudes LGBTI+fóbicas, mas também instrumentais organizativos que ajudem a conscientizar o conjunto do movimento, para superação dos preconceitos e falta de conhecimento sobre esta dimensão;
- 3 Nossa organização deve acolher as LGBTI+, compreendendo que estas trazem consigo o processo de exclusão, rejeição e marcas que precisam de acolhimento e espaço para participação política como sujeitos de direito;
- 4 Inserir as LGBTI+ nos espaços de produção, nas cooperativas, nas associações possibilitando que estas tenham acesso à renda, a créditos e possa sobreviver no campo, pois há uma exclusão delas do processo produtivo e no acesso às poucas políticas que contemplam as famílias assentadas hoje;
- 5 Apoiar as LGBTI+ que foram vítimas de violências. Escutando e acolhendo as denúncias. Vítimas de violência sentem muita culpa, medo, vergonha e não se sentem seguras para fazer denúncias sozinhas;
- 6 Proteger as LGBTI+ vítimas de violências, se preciso deslocar militantes para proteger suas vidas, encontrar lugares seguros distantes dos promotores de violência;
- 7 Não tratar a luta LGBTI+ como luta menor, pois a luta LGBTI+ Sem Terra é a luta de todo Sem Terra do MST, pela terra, pela sobrevivência e também pelo respeito a sua forma de ser humano que não é doença, crime ou pecado;
- 8 Ser um lutador pela causa LGBTI+, do feminismo e da luta antirracista, buscando questionar todos os tipos de violências e opressões;
- 9 É importante discutir a temática da diversidade sexual com toda a base, no sentido de ampliar a conscientização sobre o tema para o conjunto da organização;
- 10 A luta pelo acesso à terra é uma luta de todos, todas e todes. Por isso, o processo de organização da vida coletiva em nossos territórios precisa levar em consideração a diversidade de sujeitos presentes ali. O MST não pode reproduzir violências que excluam os sujeitos LGBTI+ das construções coletivas, pelo contrário, precisamos criar as condições concretas de inserção organizativa, garantindo a participação política.

COMO AGIR

Junto ao nosso processo de reflexão em torno das novas relações humanas se aponta a necessidade de reconhecer as situações de violência e construir um processo que vai da prevenção, passando pelo acolhimento até a decisão política. Para tanto, estamos em processo de construção de um protocolo para enfrentamento às violências, uma ferramenta ideológica, técnica e política.

Desta forma podemos aprofundar as reflexões e as formas de agir para cada tipo de violência.

PROTOCOLO PREVENTIVO



OBJETIVOS

- Prevenir ações de violências, através de processos formativos em todas as instâncias e espaços do MST.

Construir uma cultura política de cuidado e de práticas que contribuam para a emancipação humana no conjunto do MST.

- Nesse sentido, ao se pensar em ações para combater a LGBTI+fobia temos que, em primeiro momento, antevê-las, para isso é necessário trabalharmos com a prevenção, e para nós, militantes do MST a formação é estratégica. Entendemos que na sociedade do capital as relações patriarcais e racistas estão no seu cerne e assim operando em todos nós. Deste modo compreender estas estruturas, enxergar na realidade e se sensibilizar às sujeitas e sujeitos mais atingidos nos dá ferramentas para prevenir e combater a LGBTI+fobia. Assim indicamos:

15

- Incluir o tema da construção das relações humanas emancipadas em cursos de formação, encontros, reuniões, etc. E em espaços permanentes como: centros de formação, escolas, cooperativas, associações, Armazéns do Campo, Secretarias, alojamentos, etc. e nas instâncias - coordenações de assentamentos e acampamentos, direções regionais e de brigadas, direções estaduais, direção nacional, brigadas internacionais, GEA;

- Fortalecer o estudo de temas como feminismo, gênero, patriarcado, diversidade sexual e de gênero, racismo e outros temas pertinentes ao debate das violências, em todos os espaços de formação;

- Construir e fortalecer espaços de formação, debate, reflexão para o conjunto dos homens;

- Preparar as equipes de Zeladoria para a atuação político-pedagógica de implementação do Protocolo;

- Atender à forma de tratamento na qual a pessoa quer ser tratada, garantindo o uso do seu nome social, inclusive nos documentos internos, escolas e demais espaços. E para isso basta perguntar a cada pessoa.

- Cuidar para que nossas estruturas fixas ou temporárias de banheiro garantam a privacidade de todas as pessoas. Banhos abertos por exemplo, podem gerar constrangimento para LGBTI+ e situações de discriminação. Não precisamos de um terceiro banheiro, fazemos as mesmas coisas que todo mundo, e não é mais aceitável ter que tomar banho nas madrugadas para evitar constrangimentos e outros tipos de violências.



Junto ao nosso processo de reflexão em torno das novas relações humanas se aponta a necessidade de reconhecer as situações de violência e construir um processo que vai da prevenção, passando pelo acolhimento até a decisão política. Para tanto, estamos em processo de construção de um protocolo para enfrentamento às violências, uma ferramenta ideológica, técnica e política.

Desta forma podemos aprofundar as reflexões e as formas de agir para cada tipo de violência.

16

PROTOCOLO DE ATUAÇÃO EM SITUAÇÕES DE DENÚNCIA



OBJETIVO

Enfrentamento concreto aos casos de violências ocorridos em qualquer espaço do MST;

Identificada uma situação de violência, seja de ordem física, sexual, moral, psicológica, econômica ou política é fundamental na condição de militante a ação rápida.

PROCEDIMENTOS

1. Acolhimento da denúncia

No primeiro momento deve-se encaminhar a denúncia para a equipe de Zeladoria responsável. Somos um movimento que acolhe os marginalizados e invisibilizados, por isso devemos criar espaços mais seguros para as LGBTI, isso está na natureza do movimento e nos seus objetivos de humanização. Porém esse fato não garante que não tenhamos casos de violência, e em primeiro momento precisamos acolher a vítima, criar um espaço seguro e amigável, para que possamos olhar para a situação e agir.

17

2. Averiguação dos fatos pela Zeladoria

- a) ouvir a vítima, se ela assim desejar e se for possível. É fundamental a escuta afetuosa, atenta e desmontada de qualquer juízo de valor.
- b) ouvir militantes e dirigentes que possam contribuir com a averiguação e reflexão sobre o caso;
- c) ouvir a pessoa denunciada;

3. Afastamento provisório da pessoa denunciada para apuração da denúncia (quando se aplicar)

4. Busca de suporte psicológico para a vítima (quando se aplicar)

5. Análise dos elementos apurados

- a) fazer sistematização dos elementos e produzir relatório, com discrição e cuidado;
- b) caso necessário, buscar apoio profissional e político para a definição dos encaminhamentos;
- c) propor um encaminhamento para o caso.

6. Decisão política

Submeter o processo de averiguação e proposta de encaminhamento

- à Direção Estadual, no caso da Zeladoria Estadual;
- ao GEA e DN do estado correspondente (que não esteja envolvido na denúncia), no caso da Zeladoria Nacional;
- à CPP da Escola e responsáveis pelas atividades, no caso da Zeladoria das Escolas e Centros de Formação nacionais.

7. Comunicação da decisão política

Submeter o processo de averiguação e proposta de encaminhamento

- comunicar todas e todos que foram escutados (incluindo vítima e acusado)
- comunicar as instâncias envolvidas;

8. Implementação da decisão política

A instância responsável por cada caso deve garantir que as definições políticas sejam implementadas, tanto em relação à vítima quanto ao agressor.



18

ELEMENTOS A SEREM CONSIDERADOS NO PROCESSO

- 1 Havendo denúncias que envolvam membro da Zeladoria, este deve ser imediatamente afastado dessa função;
- 2 A Zeladoria deve discutir como proceder de acordo com a natureza e o tipo de violência a que se refere a denúncia;
- 3 Toda pessoa denunciada terá a possibilidade de um espaço de escuta onde poderá conhecer a natureza da denúncia, manifestar-se sobre os fatos que lhe são atribuídos, e refletir sobre o seu comportamento, sendo provocada a modificar as suas atitudes;
- 4 Durante e após os procedimentos, é importante que a equipe que cuide do caso providencie suporte emocional, através do apoio de profissionais da área, quando for necessário e de vontade da vítima;
- 5 Nos casos em que a pessoa denunciada seja do MST, mesmo que a vítima não seja, seguem-se os passos deste protocolo.
- 6 Nos casos em que a vítima seja do MST e a pessoa acusada não seja, deve-se proceder de forma a oferecer acolhimento à vítima, e reportar a acusação à direção da organização a qual a pessoa acusada pertence.

19

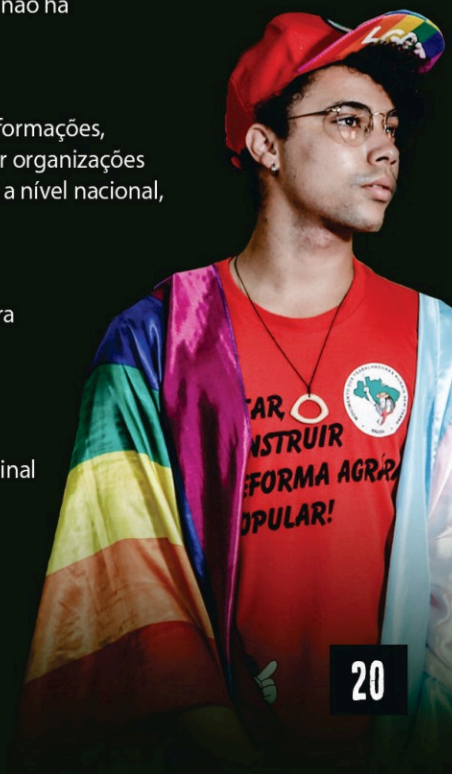


EM CASO DE ASSASSINATOS DE LGBTI+ O QUE FAZER?



Nossa organização tem acumulado medidas em relação às violências praticadas pelo latifúndio. Temos registrado anualmente as mortes de pessoas LGBTI+ Sem Terra. A partir do assassinato de Aline da Silva em 2019 buscamos construir algumas medidas e ações que compartilhamos abaixo. Vale ressaltar que são algumas orientações iniciais que contribuem para a construção de um protocolo para orientar o conjunto da militância.

- 1 Importante fazer uma nota para imprensa, denunciando o fato, divulgando a maioria de informações sobre o que tiver ocorrido, colocando o nome completo, idade, fazer um perfil completo sobre a atuação do sujeito, a fim de que não seja apenas um nome, mas uma vítima, um ser humano que tinha amigos, família, sonhos. Importante o quanto antes soltar a nota para que se pressione laudos de perícia, laudos do IML entre outros, as 12 primeiras horas são imprescindíveis para investigações;
- 2 A nota deve ser assinada pelo MST estadual, portanto precisa ser aprovada internamente no estado, mas é importante o Coletivo Nacional LGBTI+ Sem Terra contribuir na redação, buscando respeitar nome social, em caso de pessoas trans. No caso de lésbicas, gays e bissexuais, falar da orientação sexual correspondente. É importante a narrativa busque sempre indícios que apontem crime de ódio, que são crimes motivados pelo preconceito (são crimes cometidos quando o criminoso seleciona intencionalmente a sua vítima em função do pertencimento a um grupo), dessa forma, se não há comprovação use termos como há indícios, suspeitas;
- 3 Organizar imediatamente uma comissão que possa ir até a localidade para acompanhar o caso, coletando informações, dando suporte à família, para isso é importante articular organizações de direitos humanos e órgãos semelhantes no estado e a nível nacional, para estar em contato permanente.
- 4 Importante fazer com que o caso ganhe repercussão nacional na imprensa. Articular porta-vozes no local para dar entrevistas a veículos de imprensa, mantendo narrativas divulgadas na nota à imprensa;
- 5 Importante fazer uma campanha pela investigação do caso, para que as autoridades abram um processo criminal e façam a investigação para identificar e prender os responsáveis pelo assassinato. É importante ter um advogado acompanhando todo o processo.



20

MÁRTIRES, MEMÓRIA E LUTA!

“A ESPERANÇA NÃO SE MATA, COMO NÃO SE MATA O MAR E SUA DANÇA.”

“Em suas pálpebras vejo a noite amarga daqueles que se dizem não ter fim.

Em sua camiseta de mangas curtas, observo encharcada e mastigada da ansiedade faminta do não desejo. O cabelo espanta os que a vê.

Suas unhas roídas até o toco, permite se inflamar assim como se inflama sua vida. Os pés rachados se iguala aos velhos rios secos, que por falta d'água mata gente. O café preto é a memória mais próxima.

A casa é velha, assim como as outras ao lado, restos de tinta azul se mistura com o cinza da solidão. Os 8 comprimidos diários amolecem seus lábios e lhe dão ânsia, mais a faz esquecer dos objetos pontiagudos, das cordas e fios.

Na antiga TV, assiste todos os dias a história da “comum” submissão.

Era 7h0 da manhã de pouco sol, ela levanta abre as janelas e rasga o vento da tormenta. Os 6 anos que a assombrava, passam ser um pesadelo maldito de armadilhas e emboscadas. Agora seus lábios firmes desafiam os que ousam matar o amor. Seu cabelo espatifado se torna símbolo da mais pura resistência cotidiana e dos sonhos de liberdade. Suas noites são de canções e poesia, ela luta incansavelmente, porque o novo é a sua esperança.”



21

Terra e sangue não devem ser a combinação da luta dos povos do campo, das águas e das florestas, não deve ser a combinação dos alimentos e da vida. Não queremos flores mais fortes a custo de sangue derramado, queremos flores mais fortes e alimentos saudáveis com terra sadia, povo vivo e floresta em pé.

Quando paramos para fazer balanços e projetar ações em torno do coletivo LGBTI+, sempre nos deparamos com a memória potente das bandeiras vermelhas, marchas, arco-íris, ocupações, escolas do campo, cooperativas, assentamentos e acampamentos, sobretudo, de nossas companheiras, companheiros e companheiras que teve suas vidas arrancadas por aqueles que organizam a morte e negociam os sonhos.

Nosso Movimento faz o exercício constante de sempre lembrar nossos mártires a partir da mística, das canções, da poesia, e seguir sonhando, assim como sonham as sementes na esperança em germinar e dar bons frutos, espalhando outras sementes.

Nos últimos 5 anos tivemos 5 LGBTI+ Sem Terra assassinados e 1 sob suspeita (sem comprovação), portanto nossa reflexão é que as mortes dessas e desses sujeitos, também é resultado da consolidação de um coletivo auto organizado, que tem como principal tarefa combater as diversas violências com foco na LGBTI+fobia, mas também, lutar pela terra e por uma sociedade livre e emancipada, onde as várias formas de amar não sejam um problema para o conjunto da sociedade, e que podemos seguirmos vivas.

Para nós do coletivo LGBTI+ e para o conjunto do Movimento, é fundamental resgatarmos a memória e lutarmos incansavelmente por justiça de Aline da Silva, Pedro Felipe, Severino (Suzy), Nany Araújo, Lindolfo Kosmaski e Fernando dos Santos Araújo. Nós sabemos muito bem, só haverá Reforma Agrária Popular, se compreendermos a diversidade humana como parte dessa construção, pois sem sujeitos políticos diversos não avançaremos para um novo projeto de campo e cidade, não daremos um fim na propriedade privada, no patriarcado, racismo e capitalismo.

Seguiremos firmes, ocupando terras e arrebatando as cercas. Não nos renderemos ao fascismo e aos organizadores da morte, a cada sem terra tombado um latifúndio ocupado. Porque, não temos tempo de temer a morte, e nesse pulsar, a Jornada de Luta de 2023, nos revigora com essa grande mística da Luta pela terra, do trabalho de base, da reestruturação dos assentamentos, da organicidade, do estudo e formação cotidiana, da Reforma Agrária Popular e da Solidariedade de classe.

Certamente estaremos rodeadas/os das violências, elas aparecerão nas sutilezas ou até mesmo, de formas escancaradas, será preciso aprender a cuidar uns dos outros, sem temer, se preparar, juntar sem ceder. Não será a primeira, camaradas, mas pode ser a última. Em nome dos que se foram, nos levantamos em fúria, irmanadas, construindo cirandas e conspirando a derrota de nossos assassinos, porque luta, justiça e indignação se conjugam na luta de classes.

Aos nossos LGBTI+ sem terra mortos, nenhum minuto de silêncio mais toda uma vida de luta!

NÓS QUE AMAMOS A REVOLUÇÃO, RESISTIREMOS!

